



REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCEIROS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¾ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado
Camila Lacerda Couto - Especialização
Cléo Belício Lopes - Especialização
Daniel Flores - Pós-Doutorado
Débora Flores - Mestrado
Denize Brum Camargo - Graduação
Flavia Helena Conrado - Mestrado
Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado
Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização
Mateus de Moura Rodrigues - Especialização
Raquel Miranda da Silva - Especialização
Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado
Rosani Gorete Feron - Especialização
Valéria Raquel Bertotti - Mestrado
Viviane Portella de Portella - Mestrado

Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente
Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro
Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro
Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro
Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro
Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro
Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro
Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro
Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas
Ana Célia Rodrigues - UFF
André Malverdes - UFES
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL
Aurora Leonor Freixo - UFBA
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas
Carla Mara da Silva Silva- UFAM
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq
Carlos Blaya Perez - UFSM
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG
Dhion Carlos Hedlund - FURG
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC
Eliandro dos Santos Costa - UEL
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM
Flávio Leal da Silva - UNIRIO
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA
Heloísa Liberalli Bellotto - USP
Janilton Fernandes Nunes - UFAM
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP
Josemar Henrique de Melo - UEPB
Julianne Teixeira e Silva - UFPB
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG
Marcieli Brondani de Souza - UFAM
Margarete Farias de Moraes - UFES
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL
Maria Leandra Bizello - UNESP
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES
Mateus de Moura Rodrigues - FURG
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL
Sérgio Renato Lampert - FURG
Sônia Elisabete Constante - UFSM
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP
Úrsula Blattmann - UFSC
Welder Antônio Silva - UFMG

Comissão de Apoio



Secretária

Melina Pereira

Comissão de Divulgação

Everton Tolves
Pâmela Menezes Flores
André Grendene Azevedo
Maria Eduarda Flores

Comissão de Transportes

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon
Comissão Artística
Arion Pilla

Comissão de Projetos

Jonas Ferrigolo Melo
Juliana Kirchhof
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados

Camila Medeiros
Tamiris Carvalho
Catiana Ramiro

Comissão de Infraestrutura

Adriéli Mello
Douglas Duarte

Editoração e Revisão

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



Associação dos Arquivistas do RS - AARS

Biênio 2013 - 2015

Diretoria

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	09
AARS.....	11
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	12
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	328
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	370
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	615
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	730
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	949
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	1121
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	1143
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	1168
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	1220

SOBRE O EVENTO

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



COMUNICAÇÕES PÔSTERES

EIXO:

**PATRIMÔNIO
DOCUMENTAL E
MEMÓRIA**

Descrição arquivística e memória: A parceira entre a Justiça Federal de Rio Grande e o curso de Arquivologia da FURG

Evelin Melo Mintegui
Valéria Raquel Berttoti
Douglas Duarte
Gislaine Kramer
Giulia Tavares
Rejane Sacco dos Anjos

RESUMO

O estudo apresenta as iniciativas da Justiça Federal da cidade do Rio Grande/RS e do curso de Arquivologia/Furg. Trata-se de um convênio firmado com a elaboração de projeto, que objetiva realizar a descrição arquivística de processos avaliados como de guarda permanente, a fim de promover a preservação da memória e o acesso ao conteúdo dos mesmos. A metodologia aplicada foi o estudo dos elementos de descrição, das normas de descrição arquivística (Nobrade e Isad-G), bem como a busca de familiaridade com o sistema de descrição arquivística IcaAtom. Como resultado parcial, apresenta-se a realização de workshop sobre o referido software, bem como a descrição de alguns processos.

Palavras-chave: Justiça Federal. Descrição Arquivística.

INTRODUÇÃO

A Justiça Federal (JF) foi implantada pelo decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890. Ao longo do tempo, a JF sofreu diversas mudanças. A interiorização das varas federais e criação dos cinco Tribunais Regionais Federais veio com a Constituição Federal de 1988. Atualmente tem como competência atuar em esfera federal, julgando recursos em causas decididas por juízes federais de primeiro grau em ações judiciais que envolvam a União Federal, autarquias e empresas públicas, assim como recursos de decisões proferidas por juízes de direito em causas envolvendo matéria previdenciária.

A Subseção Judiciária de Rio Grande é a mais antiga no interior (implantada como Vara Única e instalada efetivamente em 16/05/1987) e atualmente sua jurisdição é composta por três varas federais, que abrangem os municípios do Chuí, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e São José do Norte.

Em 2012, tendo em vista as festividades comemorativas dos 25 anos da instalação da Justiça Federal de Rio Grande, foi constituída a *Comissão de Memória Institucional da Subseção Judiciária de Rio Grande/RS*, presidida pela magistrada

Dra. Andréia Castro Dias, com a presença desta e de nove servidores. A comissão reunia-se semanalmente e discorria sobre as ações que julgava necessárias no resgate da história institucional e dos cidadãos que tiveram suas questões aqui julgadas. Atualmente a comissão denomina-se *Comissão de Memória Institucional e de Gestão Documental*.

Embora o escopo desta Comissão seja amplo no que tange às diversas possibilidades de registro da memória institucional e local, uma de suas principais realizações foi o estabelecimento de Convênio com a Universidade Federal do Rio Grande- (FURG). Celebrado em julho de 2013, tem como objeto o direito de acesso ao acervo permanente e intermediário de processos judiciais arquivados na Subseção de Rio Grande. Através de termo aditivo com o curso de Arquivologia/FURG, tal convênio possibilitou a criação de projeto com objetivo de descrever cerca de 98 processos de guarda permanente no ICA-Atom (sistema de descrição).

Até o momento, foram realizadas as etapas de estudo dos elementos de descrição (Nobrade e Isad-G), entrevistas e visitas, como também a realização de um Wokshop com a Arquivista da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, com a finalidade de relatar as ações, apresentar as próximas etapas e realizar a prática de descrição.

O PROJETO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A arquivologia contemporânea parte de alguns princípios norteadores para embasar suas práticas, como a teoria do valor dos documentos e a teoria das três idades. A primeira trata dos valores primário e secundário, na qual este último é considerado como valor de pesquisa; é quando o documento serve “para outras entidades e utilizadores” (SCHELLENBERG, 2006, p. 180), sendo que o valor primário é quando o documento é criado para atender às necessidades administrativas da instituição, servindo apenas para a própria entidade (SCHELLENBERG, 2006).

A teoria das três idades baseia-se na ideia de que todo documento passa por um ciclo de vida, no qual o mesmo pode ser caracterizado como corrente, quando está em uso funcional, administrativo, jurídico, e sua utilização está ligada às razões pelas quais o mesmo foi criado; a fase intermediária dá-se quando o documento já

ultrapassou o prazo jurídico/administrativo, contudo, podendo ainda ser utilizado pelo seu produtor. É nesta fase que o documento deve passar pelo processo de avaliação, no qual será definido a sua destinação final, podendo ser o descarte ou a guarda permanente. Neste sentido, a fase permanente ocorre quando o documento possui valor secundário, sendo o caso dos arquivos históricos (BELLOTTO, 2006, p.96).

Essas teorias criam um percurso ideal, através do qual se pode controlar o fluxo documental de acordo com sua idade, tipo de usuário e frequência de uso. Ao processo de controle desse fluxo denomina-se gestão documental.

Apesar de uma definição fixada em lei não ser tão aprofundada como poderia em uma publicação acadêmica, a definição de gestão documental definida no Brasil pela Lei 8.159 parece ser suficiente para ilustrar o que os órgãos públicos conhecem a respeito dela:

conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (BRASIL, 1991, [s/p]).

Através da aplicação de procedimentos padronizados como o plano de classificação e tabela de temporalidade é possível gerir os documentos desde sua criação até sua destinação final. Bernardes (1998) afirma que a gestão de documentos requer a adoção de um conjunto de medidas e rotinas, que levam em conta não somente a racionalização e a eficiência administrativas, mas também a preservação do patrimônio documental de interesse histórico.

O Programa Nacional de Gestão Documental e Memória Institucional do Poder Judiciário (PRONAME) apresenta os instrumentos de gestão adequados ao tipo de documentação existente no Poder Judiciário, especialmente no que diz respeito ao processo judicial. Este, por sua vez, é o documento resultante da atividade-fim, ou seja, a decisão das contendas judiciais, e apresenta peculiaridades que não tornam fácil padronizar classificação e temporalidade. Para a classificação de processos judiciais, o PRONAME indica a Tabela de Assuntos Processuais, a Tabela de Classes Processuais e ainda a Tabela de Movimentação Processual. Esta classificação reflete em sua temporalidade: alguns processos são considerados de guarda permanente pela classe processual (por exemplo, as ações penais e as de

crimes ambientais). Aqueles que não apresentam nenhuma definição pela classe, concluído seu movimento processual passam por uma amostragem estatística, que calcula a quantidade que deve ser preservada de cada tipo de processo (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2013).

Outro critério considerado na análise e seleção de processos judiciais é a presença de valor informativo – ações que adquiriram reconhecimento apresentam sentenças consideradas interessantes ou atingiram algum grau de repercussão, quando não consideradas como de guarda permanente pela classe processual, podem ser sugeridas como tal a uma comissão de avaliação, que aprova ou rejeita sua guarda. Claro está que este procedimento é impossível de ser aplicado para a totalidade de processos existentes no dia-a-dia das diversas instâncias jurídicas. Por isso, a determinação da amostra estatística como solução parcial para promover a preservação de pelo menos parte daqueles processos que seriam eliminados após a gestão.

No que diz respeito à análise e seleção de documentos, de forma geral, não há um consenso, apenas algum bom senso no que diz respeito à impossibilidade de preservação total e a indesejável ausência de registros que podem carregar informações interessantes sobre uma determinada época. Entretanto, na Justiça Federal da Subseção de Rio Grande, através do Núcleo de Documentação, há preocupação com a possível eliminação de processos de acordo com critérios jurídico, processual e técnico, como o da amostragem estatística. Neste sentido, projetos futuros estão sendo discutidos a fim de possibilitar análises sobre estas amostragens.

Além da classificação e da análise e seleção de documentos, a descrição é atividade imprescindível nos arquivos, no sentido em que possibilita a preservação e difusão dos documentos (BELLOTTO, P.? 2004). De acordo com a norma ISAD-G (International Standard Archival Description – General),

O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

Isso significa que a descrição arquivística explicita não só o conteúdo do documento (como uma indexação faria), mas também o situa dentro de seu contexto de produção e relação orgânica. A pesquisa direcionada a esta área tem como resultado um instrumento de pesquisa não apenas identificador de partes do documento, mas um instrumento interpretativo e capaz de estabelecer as relações necessárias ao seu entendimento (COOK, 2007, p. 129).

A escolha dos níveis de descrição foi baseada no modelo já criado pela Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. O nível série ainda está em estudo, devido a multiplicidade de classificação dos processos: por classe processual, por rito, por assunto, etc.

O uso da tecnologia da informação na construção de instrumentos de pesquisa é hoje difundido de maneira ampla (COOK, 2007, p. 130). Acrescenta-se a isso a ideia de que a descrição arquivística só faz sentido e se completa com sua difusão. Como representante desse potencial - aliar descrição e difusão, apresenta-se o ICA-AtoM. Trata-se de software livre, especialmente desenvolvido para descrição normatizada, a partir de iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos – (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2013). A ferramenta traz o padrão ISAD-G para inserção das descrições, ou seja, tanto as áreas quanto os níveis estão representados em campos que podem ser preenchidos com informações sobre os conjuntos de documentos.

A Justiça Federal do Rio Grande do Sul já contava com o software na descrição de alguns processos das Subseções de Porto Alegre, Santo Ângelo e Passo Fundo, que foram elencados como de guarda permanente pela CPAD da Seção Judiciária do Estado. Através do convênio procuramos dar prosseguimento e reforço a essas ações. Assim, se fez necessário acrescentar mais um representante do nível seção (Subseção de Rio Grande).

RESULTADOS E PERSPECTIVAS

As atividades resultantes do projeto levam em consideração a pré-existência de instrumentos de gestão e diretrizes acerca do uso do ICA-AtoM pela Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, descritas a seguir:

1ª Fase - Estudo dos elementos de descrição, entrevistas, visitas. Esta fase iniciou-se com o estudo do Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário –

Proname, e do Ica-Atom (sistema de descrição), bem como das normas de descrição arquivística, Nobrade e Isad-G.

2ª Fase - Workshop, visando a descrição dos 98 processos já selecionados como de guarda permanente, resultado de edital de eliminação da subseção. Nesta fase houve a apresentação de um workshop com a demonstração das atividades desenvolvidas até o presente momento. Além disso, serviu para ressaltar a importância da descrição e desenvolver atividade prática para sanar dúvidas quanto ao processo descritivo.

As próximas etapas estão em planejamento: descrição dos processos de guarda permanente, bem como a participação da universidade no processo de avaliação e seleção dos documentos para guarda permanente. Serão ainda realizados workshops direcionados aos pesquisadores.

Ainda, conforme orienta a NOBRADE, seguindo a hierarquia da instituição, a descrição da Seção já foi realizada. As descrições das séries documentais serão realizadas a fim de proporcionar ao pesquisador fonte/meio de pesquisa para seus projetos, utilizar-se do ICA-Atom da Justiça Federal.

Com a implementação da gestão documental no Poder Judiciário, conforme orientação do Conselho Nacional de Justiça, buscou-se diálogo entre outros órgãos, fato que resultou em convênio entre as duas instituições públicas, federais, resultando em boas práticas e em projeto pioneiro nas áreas de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa. **Arquivos Permanentes: Tratamento Documental**. São Paulo: T. A. Queiroz.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 8.159, de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em 10 out. 2013

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

COOK, Terry. Desenvolvimentos na Descrição Arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, 20 (1/2), 125-132.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê**

de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

_____. **ICA-Atom: open source archival description software.** Recuperado de <https://www.ica-atom.org/>. Acesso em maio 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Programa Nacional de Gestão Documental.** Recuperado de <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-proname>.

SHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.